

Alexandra Barahona de Brito
Andrés Malamud

Capítulo 10

Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas *

O contexto internacional é uma variável notoriamente difícil de dominar. Por um lado, é quase por definição omnipresente, uma vez que muito poucas sociedades no mundo contemporâneo escapam aos seus efeitos. Contudo, o seu impacto causal é muitas vezes indirecto, sendo exercido de modos misteriosos e não intencionais por agentes ostensivamente nacionais.

Philippe C. Schmitter (2001, 28)

Introdução

A literatura sobre as transições para as democracias e a sua consolidação está longe de ser consensual (a começar pelo contestado termo de «consolidação»). Embora alguns estudos pretendam oferecer uma visão «definitiva» deste assunto, os desacordos não estão hoje mais resolvidos do que há vinte anos. É verdade que os debates actuais se situam a um nível superior, tanto a nível empírico como em termos de apuro teórico, mas as causas de mudança de regime ou os factores que contribuem para a sua sobrevivência estão ainda sujeitos a uma grande controvérsia. A um nível de abstracção superior, identificam-se três «debates» principais: um coloca em oposição as explicações estruturais e as contingentes; outro opõe as explicações económicas às políticas; e um terceiro contrapõe as explicações internacionais às internas (Bratton e Van de Walle 1997, cap. 1). A um nível menor de abstracção, foram-se desenvolvendo entusiásticos debates entre aqueles que vêem os regimes de governo presidencial como mais conducentes ao colapso democrático (Linz

* Agradecemos os comentários de Fernando Pedrosa e a tradução para português de Dulce Morgado Neves.

1994; Stepan e Skach 1994) *versus* aqueles que inocentam o presidencialismo da maioria das acusações (Horowitz 1990; Mainwaring 1993; Shugart e Carey 1992); entre aqueles que identificam os regimes militares como mais propensos à ruptura que os regimes de carácter personalístico ou de partido único (Geddes 1999) *versus* aqueles que argumentam o contrário (Gasiorowski 1996; Pevehouse 2005); entre aqueles que insistem no nível de desenvolvimento como um bom indicador da democratização (Epstein *et al.* 2006) *versus* aqueles que defendem que não o é (Przeworski *et al.* 1996 e 2000); entre aqueles que afirmam que a pretérita experiência com as dinâmicas democráticas pode favorecer a transição (Linz e Stepan 1996; Polity 1998 database) *versus* aqueles que questionam este veredicto (Przeworski *et al.* 1996; Gasiorowski 1996); e entre aqueles que acreditam que uma maior diversidade etnolinguística pouca influência detém no processo de consolidação (Pevehouse 2005) *versus* aqueles que consideram que tal realidade acarreta implicações negativas (Linz e Stepan 1996).

Curiosamente, apesar de tão vasto espectro de discordâncias, parece haver uma ampla conformidade em torno de uma ideia: embora a maior parte dos processos de democratização sejam decorrentes, fundamentalmente, de factores internos, os factores internacionais desempenham de facto um papel activo na iniciação, sustentação ou reversão dos processos de democratização.

A crescente literatura sobre o tema procura revelar a importância da dimensão internacional, as condições em que esta mais influi e os mecanismos pelos quais opera. Estas questões são discutidas neste artigo, pese embora encete com uma introdução acerca dos debates inaugurais sobre as dimensões internas da democratização e seus limites.

A dimensão interna da democratização: actores e processos

Nas décadas de 1950 e 1960, os teóricos das ciências sociais orientaram as suas análises para os requisitos da democracia, sejam eles económicos, sociais ou culturais. Estas teorias «estruturais», muito diversas, partilhavam uma linha comum dando especial ênfase às «estruturas profundas». Possivelmente, a base fundadora de tais teorias encontra-se na interpretação clássica marxista da mudança de regime, na qual a passagem do feudalismo para o capitalismo e depois para o socialismo é explicada através da variável do conflito de classe e da crise do Estado burguês. Um exemplo mais recente é a análise dependente da trajectória, da autoria de Barrington Moore (1966), das prolongadas transições históricas para a moderna democracia de massas na América do Norte, na Ásia Oriental e na Europa Ocidental. Embora este autor considere os actores de classe, a sua tese – que exerceu larga influência numa altura em que

os «estudos sobre transições» *per se* estavam ainda por emergir – foi criticada pelo seu determinismo. Theda Skocpol (1979), por exemplo, salientou a «relativa autonomia do Estado», demonstrando desse modo que a acção política e estatal não resulta mecanicamente de certas realidades económicas estruturais. Para que se verifique uma relativa autonomia do Estado, é necessário considerar-se uma relativa autonomia das ideias – as quais também não são simples produtos de classe – e assim incutir alguma moderação em perspectivas políticas marxistas de natureza mais simplista.

Outra abordagem «estrutural» consiste na teoria da modernização, sendo que a sua versão mais conhecida é, provavelmente, aquela de Walt W. Rostow (1960). Este autor centra-se nos sucessivos «níveis de crescimento» e na passagem da economia tradicional para a moderna, descrevendo a chegada a uma conjuntura de «descolagem» a partir da qual é possível a acumulação de capital e investimento e o recurso à tecnologia, como forma de aumentar o crescimento e alcançar um nível de «desenvolvimento». Reflexo, em certa medida, da ideia weberiana de transição do tipo de autoridade carismática para a racional-burocrática, argumenta-se nesta teoria que a transição económica se espelha numa transição política e cultural, com a passagem para o profissionalismo, para os valores baseados no mérito e para o universalismo. Não obstante a sua linearidade, foram várias as interpretações acerca dos efeitos políticos da modernização.

Para Seymour M. Lipset (1959), outra referência-chave desta perspectiva teórica, os efeitos consistiriam numa maior igualdade social e na emergência de instituições democráticas estáveis; de facto, segundo esta visão, a melhoria das condições socioeconómicas é uma das principais variáveis de promoção da democracia. Por seu lado, para Dankwart Rustow (1967) e Samuel Huntington (1969), os quais teceram críticas aos primeiros teóricos da modernização, os resultados foram mais ambíguos. Para estes últimos autores, a modernização poderia significar conflitos políticos e sociais e, ao invés dos civis, seriam os militares os agentes daquilo que o autor denomina de «políticas pretorianas».

A teoria da modernização sofreu ataques por parte da «nova esquerda», sob o pretexto da teoria da dependência na década de 1960 e da teoria do «Estado autoritário burocrático» no início dos anos 70. A teoria da dependência estabeleceu uma relação estrutural de assimetria, dependência, exploração ou desigualdade entre o «centro» da economia capitalista global e a «periferia», condenada, como resultado desta relação desigual, a um permanente subdesenvolvimento. O problema consistiria num novo tipo de imperialismo: longe de permitir que os países de Terceiro Mundo se equiparassem ao mundo desenvolvido e experimentassem a passagem clássica do feudalismo para o capitalismo, esta relação acabaria por, afinal, impedir este processo, devido a uma competição estruturalmente desigual que negava o capital dos países em desenvolvimento e destruía as indústrias internas em emergência (e daí a

famosa frase de André Gunder Frank (1969), «*o desenvolvimento do subdesenvolvimento*»). Esta era a noção central partilhada pelos teóricos da dependência. As políticas dos países dependentes eram tudo excepto verdadeiramente democráticas, e, perante este estado de coisas, o socialismo era a alternativa.

«Autoritarismo burocrático» foi o nome que Guillermo O'Donnell (1973) atribuiu ao tipo de Estados/regimes que «geriam» os conflitos emergentes como resultado de formas particulares de desenvolvimento económico em alguns países da «periferia». O «autoritarismo burocrático» constituiu uma resposta à crise dos modelos populistas perante o esgotamento do modelo de substituição das importações (os casos que serviram o estudo do autor foram a Argentina, após 1966, e o Brasil, após 1964). Os autoritários burocratas entraram em acção, emergindo das estruturas da burocracia estatal, das forças armadas ou do sector privado, adoptando uma posição dominante em anteriores coligações populistas e encorajando golpes militares na repressão da mobilização social e da violência política. Ao contrário dos populistas, estes grupos procuraram, no lugar de integrar, excluir as massas das políticas. Foram agentes de um projecto de dominação de classe. Esta teoria foi aplicada em vários outros países, embora tenha sido criticada por várias razões: por um lado, os projectos económicos e políticos dos diversos regimes autoritários burocráticos variaram significativamente do modelo para os trazer para a discussão (o Chile foi um clássico caso de desvio, na medida em que em vez de intensificar a industrialização levou avante uma revolução neoliberal sob a orientação dos Chicago Boys); por outro, a ideia de esgotamento da estratégia de substituição das importações foi também contestada (Remmer e Merlx 1982).

Acabou por ser a própria História a comprovar as substanciais falhas da visão estrutural, na medida em que, uns após os outros, diversos países subdesenvolvidos completaram a transição para a regra democrática, desafiando as «estruturas profundas». Mesmo alguns dos países mais pobres, como o Bangladesh, começaram a juntar-se à «vaga». Tornou-se igualmente claro que, ao contrário do que havia assumido a escola da modernização, o desenvolvimento económico pode não ser sinónimo de democratização. Em geral, parece que as democracias têm maiores hipóteses de sobreviver em contextos economicamente desenvolvidos, mas as transições para a democracia não são, necessariamente, um produto da modernização.¹ Em suma, o crescimento não gera, forçosamente, a democracia, assim como o subdesenvolvimento nem

¹ Adam Przeworski e Fernando Limongi (1997) chegaram a esta conclusão depois de analisarem 135 países, entre 1950 e 1990. A excepção à regra foi a América Latina, onde ocorreram vários processos de ruptura da democracia em contextos de médio desenvolvimento económico. A particularidade da América Latina foi, mais tarde, confirmada por Mainwaring e Pérez-Liñán (2003).

sempre implica autoritarismo ou políticas pretorianas. Isto não significa negar a importância da economia. Os regimes não democráticos podem começar a liberalizar-se em contextos económicos adversos, quando deixam de dominar as redes de patrocínio. A questão fundamental é que a relação entre a prosperidade económica e a liberalização política não pode ser linearmente derivada.

A realidade também questionou as visões estruturais-«culturais» das políticas. Na década de 1970, era comum argumentar-se que certas culturas favoreciam os Estados corporativos e a mediação do poder político, e representavam uma alternativa real à democracia liberal. Esta questão foi sustentada com base na análise da cultura ibérica, em Portugal, Espanha e América Latina (Wiarda, 1974).

Tal como na discussão económica, não se trata de desprezar o papel que a cultura desempenha nos tipos de configurações políticas que as sociedades adoptam; efectivamente, o papel das ideias (Weber 1958), a ideologia (Hirschman 1979), e as crenças das elites políticas (Dahl 1971) são cruciais para definir as políticas, uma vez que constituem as formas através das quais as sociedades concebem os seus membros e se comportam elas próprias. Apesar de tudo, as perspectivas «estruturais» mais estáticas tiveram de ser abandonadas perante as transformações políticas que culminaram em hierarquias «não democráticas» católicas, em Portugal, Espanha e América Latina.

Foi no contexto de tais transformações na vida quotidiana que a «autonomia das políticas» foi reconhecida no estudo da mudança de regime, e que outras interpretações políticas e institucionais ganharam influência. Foi talvez Juan J. Linz o responsável pela primeira aplicação célebre deste tipo de análises, embora esta não incidisse sobre processos de transição para a democracia mas antes sobre os seus fenómenos de ruptura. Na sua análise da queda do regime de Weimar (1978), o autor salienta o colapso do acordo implícito de manutenção da fidelização ao jogo democrático, o qual culmina no declínio da própria democracia. Este tipo de análise centra-se no actor, examinando as escolhas, as decisões e os sistemas políticos, as leis e ideologias que «circundam» os actores. Contrastando com as teorias estruturais, a ênfase recai menos sobre a inevitabilidade e mais sobre a escolha; em resumo, sobre a relativa autonomia da esfera política e dos indivíduos e grupos enquanto agentes de mudança. O estudo das transições para a democracia na América Latina, levado a cabo em meados da década de 1980, é uma herança directa desta abordagem. No contexto da perspectiva «política» ou «centrada no actor», podem encontrar-se duas interpretações principais. Para uns, as elites são os motores primordiais dos processos de transição, enquanto, para outros, são os actores da sociedade civil que desempenham o papel fundamental.

Vários autores têm apontado a crucial importância das roturas no interior das alianças autoritárias enquanto causa da liberalização do regime. No seu influente estudo, O'Donnell e Schmitter (1986) dividem os apoiantes de um

regime autoritário entre radicais e moderados, e distinguem, no seio dos grupos da oposição, os oportunistas (antigos apoiantes que querem a democracia) dos maximalistas, que adoptam uma postura de tudo ou nada. No entendimento dos autores, a transição ocorre quando os moderados e os oportunistas alcançam a vantagem e estabelecem um «pacto de transição». Por sua vez, isto promove a «ressurreição da sociedade civil». Alfred Stepan (1988) tem focado a sua abordagem, especificamente, nos fenómenos de ruptura no interior das forças armadas. Os teóricos do jogo e os da escolha racional têm-se, igualmente, empenhado neste tipo de análises. Um exemplo disso mesmo é Adam Przeworski (1992), que refere que a acção dos quatro grupos acima referidos será condicionada pelos custos e benefícios relativos à «troca de lados». Assim, a democratização começa quando a configuração custo-benefício pressupõe benefícios para os reformadores do regime que se juntam aos oposicionistas moderados. De forma semelhante, Huntington (1991) nota que a mudança ocorre quando a oposição se torna mais poderosa que o regime (a união das forças opositoras é, geralmente, uma estratégia importante para que tal ocorra), de modo que as escolhas são condicionadas por uma relativa resistência a início. Convém referir que estas análises tendem a passar uma impressão de razoabilidade que pode não caracterizar, de todo, a verdadeira natureza de um período de mudança política. Tal como Nancy Bermeo (1999) tem salientado, uma certa aura ou mito de moderação tem sido construída, numa visão retrospectiva, em torno dos processos de transição, os quais são, na verdade, bastante conflituais.

Para outros analistas, uma sociedade civil forte é a chave. Nesta concepção, a questão fulcral não se prende tanto com facto de as poderosas redes de organizações da sociedade civil ocuparem uma posição de vantagem nos momentos de liberalização, mas antes de os actores da sociedade civil serem, através da mobilização popular, os primeiros promotores da liberalização. Assim, é a sociedade civil que revitaliza o poder dos moderados e não o contrário. É a mobilização da sociedade civil que abre brechas no consenso da elite do autoritarismo e possibilita que os moderados ganhem poder. Nas transições «históricas» europeias, o contributo dado pelos movimentos trabalhistas para a democratização tem vindo a ser reconhecido (Stephens 1987; Therborn 1977). Larry Diamond (1999) apresenta um exemplo mais recente do papel da sociedade civil. O autor argumenta que em África, e particularmente nos países de regimes «sultânicos» (Linz e Chahabi 1998),² a mobilização da

² Em tais regimes, os líderes exercem um poder selvagem sem limites; não existe nenhum compromisso à regra legal, uma ideologia ou um quadro de valores; a corrupção é endémica e o poder é mantido através do medo, do castigo e pela possibilidade de recompensas. Quando colapsam, estes regimes deixam um rasto de caos e condições muito desfavoráveis para a democratização. Alguns têm denominado estes de regimes de «neopatrimoniais», nos quais o Estado é privatizado ou há um grupo que privatiza os recursos públicos.

sociedade civil é crucial, na medida em que dificilmente o ímpeto inicial de mudança emergirá das elites. Assim, «numa larga amplitude de países da África Subsaariana [...] o ímpeto inicial para a mudança democrática proveio de uma vasta panóplia de actores autónomos na sociedade civil: estudantes, as igrejas, associações profissionais, grupos femininos, intelectuais, jornalistas, associações cívicas e redes informais» (Diamond 1999).

Algumas transições constituem exemplos de uma contribuição dual, onde tanto as elites como a sociedade civil desempenham um papel-chave. De facto, tal como refere Huntington (1984, 212) «a democracia adveio tanto de cima para baixo como de baixo para cima; é provável que seja tanto o produto da oligarquia como de um protesto contra a oligarquia». A liberalização torna quase inevitável que, para permanecer no poder, os actores da elite apelem às massas. A conquista de apoio dos actores populares pode significar maior poder negocial na altura de acertar o caminho desde o início da liberalização até à mudança do estado de autoritarismo. São vários os exemplos de contribuições «duais». Em Taiwan, por exemplo, uma vaga liderada pela elite foi, talvez, tão importante quanto os protestos da década de 1980, os quais enfraqueceram o regime e a sua capacidade repressiva. No Chile, que é citado como um modelo de «elite», a *Cruzada por la Participación Ciudadana* desempenhou um papel crucial, uma vez que contribuiu para a inesperada derrota de Pinochet no plebiscito de 1988.

Tal como escreve Bermeo (2003, 14), a sociedade civil nem sempre foi vista com os contornos de heroísmo como é hoje: «O retrato da sociedade civil nesses trabalhos das décadas de 60 e 70 é muito diferente daquele que vemos mais frequentemente nos nossos dias. Em vez de associar a sociedade civil com a estabilização da democracia, ou com o bom e eficiente governo, esses trabalhos anteriores enfatizam antes uma associação com acção política ineficaz e com instabilidade.» Os grupos sociais podem exercer uma pressão tremenda sobre os sistemas democráticos, impondo-lhes exigências distributivas impossíveis de responder. Por conseguinte, é importante adoptar uma abordagem equilibrada no que toca à sociedade civil. A euforia gerada pelas mobilizações sociais contra os decadentes regimes comunistas da Europa Central e de Leste no final dos anos 80 e princípios dos 90 – fenómeno que tornou a sociedade civil um actor heróico – deve ser moderada pela consciência de que a sua acção também pode ter efeitos nefastos.

Outra abordagem ao estudo da democratização que é merecedora de menção é a que se foca nas instituições e nos legados. Os estudos dos legados institucionais autoritários mostraram que quanto mais fortes são os legados negativos, mais difícil é o processo de democratização. Uma nova democracia pode herdar instituições que haviam sido concebidas pelo governo autoritário anterior (Linz e Stepan 1996). As instituições políticas herdadas têm um impacto indirecto no sucesso das transições, no sentido em que afectam todos

os outros elementos cruciais para o processo de transição, tais como a mobilização e a união da oposição. A ideia de legado tem, contudo, os seus problemas. É difícil saber se as instituições têm tanto peso quanto as escolhas e os actores; para além disso, é difícil estabelecer uma linha de corte no tempo. Quão atrás devemos voltar para estabelecer um legado? Que importância têm as «heranças coloniais»? Na medida em que todas as heranças são relevantes, é-nos incutida uma vaga ideia de «história» enquanto algo que afecta o presente e o futuro das opções de um país; se formos mais restritivos, torna-se difícil saber que heranças seleccionar, de entre as várias existentes, como as mais determinantes.

Em suma, as transições ocorrem sob diversas formas e envolvem uma variedade de factores, actores e múltiplas causalidades. Uma das características das tentativas de categorização dos «tipos de transição» ou dos «caminhos da democratização» é que elas acabam por criar não tanto uma tipologia, mas antes uma imensa lista de possíveis dinâmicas para a mudança política. A liberalização pode ser iniciada pela sociedade civil ou pelos regimes autoritários que ocupam uma posição de força, como em Espanha, Brasil e Chile. Pode parecer estranho para um regime escolher acabar-se a si mesmo, mas isso pode ser benéfico quando os custos e benefícios do governo mudam (Mainwaring e Share 1986). Tal como foi referido por Robert Dahl (1971, 15), «quanto mais os custos da supressão excederem os custos da tolerância, maiores serão as hipóteses para um regime mais competitivo». Existem diversas razões pelas quais um regime pode considerar que os custos são demasiado elevados, e uma delas prende-se com as mudanças no contexto internacional.

A «dimensão internacional» da democratização: alcance e mecanismos

«A terceira vaga de democratização no mundo moderno teve início, inacreditável e inconscientemente, vinte e cinco minutos após a meia-noite, na quinta-feira, 25 de Abril de 1974, em Lisboa, Portugal, quando uma estação de rádio passou a canção ‘Grândola Vila Morena’. A transmissão foi o sinal de partida...» Assim começa *The Third Wave*, o livro de Samuel Huntington (1991) que analisa os processos de democratização que têm tido lugar nos últimos 35 anos; assim começou, também, a própria «terceira vaga». Não há mudança de regime que pareça derivar tão exclusivamente de factores internos, em oposição aos factores internacionais, como o caso português. E, ainda assim, hoje é claro que as forças e os poderes que estavam situados fora dos limites do império português foram, no mínimo, tão cruciais para a sua queda – e na promoção da democracia na sua metrópole europeia – como foram os actores nacionais. Para começar, a guerra colonial foi uma manifestação da

guerra fria que colocou o último conjunto de colónias africanas contra a Metrópole, estado-membro da NATO. De facto, o equilíbrio da guerra – se não mesmo o seu resultado final – foi definitivamente quebrado quando a União Soviética concordou em abastecer os rebeldes africanos na Guiné com mísseis terra-ar (Maxwell 2004), pondo assim um fim ao indiscutível controlo dos céus por parte do exército português, e dotando as forças locais, que dominavam o território meramente pela robustez numérica, de vantagem a longo prazo. Embora a alegada falta de interesse por parte do governo americano em relação ao seu aliado português tenha sido por vezes entendida como resultado do fraco impacto internacional que detinham os acontecimentos em Portugal, estudos recentes têm vindo a desvendar a existência de intensos debates políticos e tensões emergentes no seio da Administração americana em torno da questão portuguesa (Maxwell 2004; Moreira de Sá 2004). Também documentado está o papel mais tarde desempenhado pelas forças europeias, nomeadamente pelos partidos e governos social-democratas, no apoio às forças internas que lutavam pela democratização de Portugal e pelo seu alinhamento com o mundo ocidental (Bruneau 1982). Resumindo, os factores internacionais serviram de base tanto para o fim do antigo regime como para a emergência do novo, tendo sido cruciais na determinação do destino de ambos. Esta característica demonstrou-se comum à maior parte das transições democráticas que se seguiram tanto antes do final da guerra fria, como, e sobretudo, em períodos subsequentes. Assim, até há uma década, as transições para a democracia eram estudadas predominantemente como um processo delimitado por factores domésticos. Lentamente, esta situação começou a mudar após a publicação dos trabalhos pioneiros de Huntington (1991), Pridham (1991) e Whitehead (1986). A partir daí, surge toda uma literatura que aprofunda as descobertas originais destes primeiros estudos.

Ao contrário da literatura prévia relativa à democratização, a corrente de estudos que se foca no contexto internacional foi, desde o início, amplamente centrada na agência. Tal deve-se ao facto de que, quando a influência dos factores internacionais foi devidamente conhecida no início dos anos 90, a maioria dos projectos de investigação estava já relacionada com o novo campo da «transitologia», concentrando-se assim mais nos mecanismos de mudança de regime que nas causas da (há muito perdida) estabilidade do regime ou da viabilidade democrática. Desde então, alguns estudiosos têm analisado o impacto dos factores internacionais nas transições democráticas sob várias perspectivas, tanto empíricas como teóricas. Nesta fase, contudo, restringiremos a discussão àqueles autores que têm desenvolvido os conceitos e abordagens mais utilizados, e aos debates posteriores.

No seu pioneiro trabalho, Huntington procurou saber que mudanças, ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, estiveram na origem da transição democrática

dos regimes nos anos 70 e 80. A sua resposta recaiu sobre cinco mudanças que parecem ter tido um papel significativo: «(1) o aprofundar dos problemas de legitimidade dos sistemas autoritários num mundo onde os valores democráticos estavam amplamente aceites; (2) o crescimento económico global sem precedentes dos anos 60; (3) as impressionantes transformações na doutrina e actividades da Igreja Católica, evidenciadas pelo Segundo Concílio do Vaticano no período 1963-1965, e a mutação das Igrejas nacionais de defensores do *statu quo* para opositores do autoritarismo; (4) mudanças nas políticas dos actores externos, inclusive, no final dos anos 60, a nova atitude da Comunidade Europeia perante a expansão do quadro de membros, a grande alteração, desde 1974, das políticas dos Estados Unidos no sentido da promoção dos direitos humanos e da democracia noutros países, e, no final da década de 80, a dramática mudança imposta por Gorbatchev na política soviética relativamente à manutenção do império; e (5) os efeitos ‘bola de neve’ ou de demonstração, amplificados através de novos métodos de comunicação internacional, das primeiras transições para a democracia da terceira vaga, estimulando e promovendo modelos para esforços subsequentes de mudança de regime noutros países» (Huntington 1991, 45-6). Saliente-se que estes cinco processos incidiram sobre factores externos ou internacionais.

Na mesma altura em que o livro de Huntington, *The Third Wave*, foi publicado, Geoffrey Pridham (1991, 1) fez notar que «o contexto internacional é a dimensão esquecida dos estudos sobre transições democráticas». Embora existisse o reconhecimento das influências internacionais como factores potenciais dos processos de democratização, segundo o autor, a dificuldade em analisar sistematicamente tais factores levou a que os estudiosos negligenciassem esta dimensão assim como a relação existente entre os níveis nacional e internacional. Na sua análise, sendo frequentemente vistos como variáveis secundárias e com pouco efeito independente só por si, os factores internacionais poderiam contribuir para facilitar, retardar ou promover o ímpeto para a democratização. Mas, por si próprias, as condições internacionais não poderiam «produzir um resultado democrático bem sucedido a menos que muitas outras condições estivessem simultaneamente presentes». Pridham mostrou como era também difícil identificar o efeito preciso da «dimensão internacional» sobre as transições democráticas devido ao amplo espectro das influências internacionais. Tais influências reportam-se a um vasto conjunto de factores que podem determinar os resultados das transições de regime – por exemplo, diferentes tipos de actores internacionais (estados estrangeiros, Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não-Governamentais, e outros actores transnacionais), condições estruturais internacionais (tais como assimetrias de poder, condições económicas globais e a proximidade ao Ocidente), o papel das normas internacionais e os efeitos da difusão e da globalização. Assim, dizer simplesmente que o contexto interna-

cional é importante parece fácil; muito mais difícil será seleccionar concretamente, entre uma longa lista de potenciais factores internacionais, as variáveis que desempenham um papel significativo nas transições democráticas, demonstrando de que forma estas exercem influência e que transformações produzem.

Laurence Whitehead forneceu a primeira tipologia para a classificação das influências internacionais implicadas em contextos específicos. «O registo sugere três tópicos principais sob os quais cada um dos factores internacionais pode ser agrupado e analisado: o contágio, o controlo e o consentimento, [embora] se verifique uma sobreposição significativa entre os três e sejam necessárias outras subclassificações importantes para se distinguirem os caminhos alternativos e os resultados.» Contudo, sob «estes três amplos tópicos, uma variedade de actores, processos e motivações têm de ser consideradas. Especialmente, têm de se distinguir as interacções internacionais, as transacções políticas não-governamentais, e os processos sociais mais difusos. Também a fase de transição da democratização corresponde a uma lógica diferente da da fase de consolidação» (Whitehead 1986, 4-5).

Em síntese, o contágio constitui «a difusão de experiência através de ligações neutrais, isto é, não coercivas e muitas vezes não intencionais, de um país ao outro» (Schmitter 2001, 30). Trata-se da mais parcimoniosa interpretação dos efeitos internacionais, uma vez que ignora os actores, as intenções e as dinâmicas causais. A discussão reside simplesmente em saber se existem «os grupos e as sequências suficientes para eliminar a possibilidade de associação» (Whitehead 1986, 5). O controlo, pelo contrário, consiste na «promoção da democracia por parte de um país num outro, através de políticas concretas, apoiadas por sanções positivas ou negativas» (Schmitter 2001, 30). Esta noção enfatiza as políticas de poder, explorando a avaliação do exterior, poderes dominantes no processo de democratização. Poderosos agentes externos podem intervir ou impor-se, ou podem recorrer a tácticas mais indirectas, tais como apoiar economicamente caso ocorra um processo de liberalização política. Finalmente, o consentimento é a mais complexa destas três categorias (Yeo 2006). Incidindo sobre as «ligações políticas» (*linkage politics*) tais como foram conceptualizadas por Pridham (1991) na trilha de Rosenau, o consentimento associa a agência externa às intenções e acções dos grupos internos e desenvolve assim um entendimento mais variado dos processos de democratização. Esta noção pretende dar conta de diversas dinâmicas, abrangendo estruturas internacionais tais como os sistemas de aliança, os laços criados entre os actores democráticos nacionais e os grupos transnacionais e os efeitos de demonstração internacional (Whitehead 1986, 18-22), os quais potenciam novas normas e expectativas democráticas a partir da base.

Às três categorias propostas por Whitehead, Schmitter acrescenta uma quarta: a condicionalidade, a qual consiste no «uso deliberado da coerção

– associando condições específicas à distribuição dos benefícios nos países receptores – por parte das instituições multilaterais» (Schmitter 2001, 30). O resultado é uma matriz dois-por-dois: «no eixo vertical, a distinção-chave é entre os processos unilaterais de influência ou poder internacionais, nos quais intencional ou involuntariamente um actor afecta o outro, e os processos multilaterais que implicam várias fontes de influência ou de poder, muitas vezes em competição, que actuam geralmente através de organizações internacionais e não de canais estritamente nacionais. O eixo horizontal distingue os contextos que implicam pelo menos a ameaça, se não mesmo o exercício da autoridade coerciva (que é normalmente domínio exclusivo de Estados-nações, embora algumas organizações internacionais [...] também tenham adquirido um pouco esta capacidade) e aqueles cujo efeito depende da troca voluntária» (Schmitter 2001, 30-31). Assim, o contágio é unilateral e voluntário, o controlo é unilateral e coercivo, o consentimento é multilateral e voluntário, e a condicionalidade é multilateral e coerciva.

Steven Levitsky e Lucan Way vão mais longe, especificando os mecanismos pelos quais a arena internacional exerce uma efectiva influência sobre os processos internos de mudança de regime. Os autores identificam dois mecanismos principais: alavancagem (*leverage*) e associação (*linkage*). Todavia, eles limitam a validade temporal destes mecanismos, explicitando que estão dependentes de uma indisputada influência legitimadora por parte do Ocidente e que, por isso, apenas marcam presença após o final da guerra fria. A acção de alavanca do Ocidente pode ser definida pela «vulnerabilidade ‘dos governos’ à pressão externa da democratização. Os actores internacionais podem exercer a acção de alavanca de várias formas, nomeadamente através de sanções punitivas, pressão diplomática, e intervenção militar. A alavancagem ocidental é afectada por, pelo menos, três factores. O primeiro, e o mais importante, é o tamanho real dos Estados bem como a sua força militar e económica. [...] Segundo, a alavancagem é limitada pelas questões que competem nas agendas políticas estrangeiras do Ocidente. E terceiro, a alavancagem ocidental é reduzida quando os governos têm o acesso ao suporte político, económico ou militar de uma potência regional alternativa» (Levitsky e Way 2005, 520). Por seu lado, a associação é definida na medida em que «a densidade de laços entre a União Europeia, os Estados Unidos, e instituições multilaterais dominadas pelo Ocidente abrange, pelo menos, cinco dimensões: (1) a ligação económica, que inclui o crédito, o investimento e a ajuda; (2) a ligação geopolítica, que inclui laços a governos ocidentais e a alianças e organizações conduzidas pelo Ocidente; (3) a ligação social, que inclui turismo, migração, comunidades da diáspora, e educação da elite no Ocidente; (4) a ligação de comunicação, que inclui telecomunicações internacionais, ligações de Internet, e penetração dos meios de comunicação ocidental; e (5) a ligação de sociedade civil transnacional, que inclui laços a organizações não-governamentais internacionais,

Igrejas, organizações partidárias, e outras redes transnacionais» (Levitsky e Way 2005, 520-521).

Huntington afirmou que a democratização ocorreu em «vagas», no sentido em que grupos de países têm vindo a sofrer as transições de regime mais ou menos em simultâneo. A metáfora do *cluster*, mais do que a da «vaga», pode também ser usada para mostrar que os países onde ocorre a transição de regime situam-se, em geral, geograficamente próximos dos outros que estão a passar por processos semelhantes. A metáfora da vaga concebe o tempo como uma variável explicativa, enquanto a do *cluster* sublinha a importância geográfica. O contributo de Jon Pevehouse (2005) opta pela metáfora do *cluster*, analisando como a geografia, ou aliás, a geografia institucionalizada, desempenha uma função-chave no que toca à democratização. O seu argumento é que as organizações regionais podem facilitar as transições para a democracia assim como a sobrevivência desta; e que a variável crucial não reside no tipo de organização mas na sua densidade democrática, ou seja, no número de democratas entre os seus membros permanentes. Até aqui, o único conceito específico decidido a analisar os aspectos internacionais da democratização tinha sido o contágio (ou a difusão, ou o efeito bola de neve); os outros eram, por assim dizer, alheios à geografia. É verdade que a «condicionalidade» foi, em larga medida, concebida para perceber as influências regionais, como as exercidas pela UE e pela OEA, mas estava bastante mais relacionada com o Ocidente enquanto «conjunto de regras e normas» (civilizacionais) do que como posição geográfica.

Pevehouse defende que as organizações regionais podem exercer, e exercem de facto, uma importante influência nos processos de democratização dos seus países-membros. Para prová-lo, o autor mostra que os efeitos atribuídos às organizações regionais não são nem devidos ao contágio automático, nem à acção exclusiva das principais potências regionais. Complementarmente, o autor demonstra ainda que semelhantes efeitos não são expectáveis por parte de organizações globais como a ONU ou das instituições de financiamento internacionais tais como o FMI. Por meio de uma estratégia metodológica de combinação quantitativa/qualitativa, Pevehouse encontra um elevado nível de correlação entre a pertença – ou a adesão – a uma organização regional e a primeira fase de transição, ou seja, a liberalização. A correlação é, também, significativamente positiva para o processo de consolidação, mas não tão expressiva para a segunda fase da transição, ou seja, na finalização (da passagem de uma democracia parcial para uma democracia completa). Uma segunda estratégia consiste em desenvolver um conjunto de estudos de caso com o objectivo de desvendar os mecanismos causais por detrás desta associação estatística. Para o efeito, Pevehouse selecciona seis casos na Europa e na América Latina: Grécia, Guatemala, Hungria, Paraguai, Peru e Turquia. A ausência de casos africanos e asiáticos é explicada como um corolário da

teoria: dado que estes continentes não possuem muitas organizações regionais e que as que existem têm uma fraca densidade democrática, não se espera uma influência sistemática sobre os seus países-membros.

Os estudos de caso desvendam uma caixa negra de «alta correlação» e conduzem o leitor aos processos causais que estão por detrás disto. Pevehouse propõe dois conjuntos de mecanismos, um para explicar as transições e outro a consolidação. Três mecanismos de transição são sugeridos inicialmente: pressão por parte de outros membros da organização regional, efeitos de aquiescência, e legitimação de um regime interino. É necessário notar que os efeitos de aquiescência têm dois aspectos: preferência fixa, através da qual a elite dominante procura assinalar o seu compromisso para com a democratização por meio da integração do seu país num conjunto institucional credível; e socialização, através da qual os actores internos são «reeducados» pelos seus correspondentes regionais para as virtudes da democracia. Depois de analisar os casos da Hungria, Peru e Turquia, um outro mecanismo foi adicionado à lista: a assistência financeira, a qual se manifesta no caso húngaro. Até aqui, tudo bem: a maioria dos mecanismos identificados por Pevehouse assemelha-se aos anteriormente avançados por outros autores: pressão e assistência podem ser interpretados como condicionalidade ou alavancagem, enquanto a aquiescência se parece com o consentimento e a ligação. Da mesma forma, a legitimação pode ser equacionada como contágio. Todavia, neste caso a inovação é analítica em vez de conceptual: o autor mostra que estes mecanismos têm lugar a um nível regional e não a um nível global ou bilateral.

Os mecanismos de consolidação também são inicialmente três: a união dos derrotados e dos vencedores; os custos de legitimação psicológica e de audiência; e o suborno de grupos sociais. Depois de analisar os casos da Grécia, do Paraguai e da Guatemala, um novo mecanismo foi adicionado à lista: a mudança institucional, que se manifestou no caso grego. É preciso referir que o facto de os mecanismos não previstos anteriormente terem surgido apenas nos contextos europeus (Hungria e Grécia), poderá subentender que a UE criou dispositivos que não estão disponíveis para as outras organizações regionais. De qualquer modo, o mecanismo mais eficaz dos revelados pelos estudos de caso sobre consolidação é a união dos derrotados: este género de condicionalidade é um poderoso dissuasor das forças anti-regime, na medida em que os benefícios da organização terminariam no caso de a democracia cair por terra.

Existe um caso, contudo, que não segue o caminho traçado pela teoria: a Turquia. Embora se encaixe no modelo de transição para a democracia, ou melhor, para a redemocratização, este país foge ao padrão no que concerne ao processo de consolidação – ou mera sobrevivência. Pevehouse sugere uma série de hipóteses alternativas que podem explicar o desajuste entre expectativas e resultados, entre as quais podemos salientar a importância geo-

estratégica e o cálculo da ameaça interna. A primeira situa-se a nível internacional e refere-se à avaliação que a organização regional e os seus Estados-membros fazem do papel desempenhado pelo país em questão: se este for considerado crucial para os objectivos da organização, o risco de obstar o seu novo governo pode ameaçar a preservação do regime democrático. A segunda situa-se a nível interno e refere-se à noção de que os custos de um golpe, por mais altos que a organização regional os transforme, são menores que os benefícios visíveis do mesmo. Esta ideia abre uma nova perspectiva de investigação: Pevehouse tem explicado como é que as organizações regionais promovem e protegem a democracia e quais delas estão mais bem preparadas para o fazer; o autor também afirma que é necessária maior pesquisa para se perceber melhor quando é que as organizações intervêm.

Finalmente, Pevehouse (2005, 199) afirma que «o sucesso das instituições regionais resulta da sua habilidade para criar tanto incentivos positivos como negativos aos actores internos», o que significa que a interacção não é exclusivamente de cima para baixo. Pelo contrário, as organizações regionais actuam influenciando os cálculos da relação custos-benefícios dos actores internos (quer dos democratas como dos antidemocratas), e servindo de fórum de união e de pressão para os vizinhos antigolpe. Mas as organizações podem também ser instrumentalizadas pelos actores internos, que as podem usar para promover a mudança de regime ou para aumentar a longevidade democrática. «Democracia a partir de cima» constitui, assim, uma representação forte que não condiz exactamente com o argumento principal: é a partir de dentro do Estado que as organizações de cima exercem o seu efeito.

Numa pesquisa posterior, recorrendo à análise estatística, Abraham Diskin, Hanna Diskin e Reuven Hazan (2005) testaram o impacto de onze variáveis sobre a probabilidade de colapso de um regime democrático. Trata-se de um equivalente aos estudos das transições para a democracia ou da sua consolidação, trocando apenas o mais pelo menos. As variáveis foram divididas em quatro grupos: institucional, societal, de mediação e extrínseco, sendo o último o único contendo uma só variável. Esta, o «envolvimento estrangeiro», assoma-se como uma das mais significativas na explicação do colapso democrático.

Conclusões preliminares

Quando as transições da regra autoritária surgiram na agenda política em meados da década de 1970, os protagonistas que lutavam pela democracia «não podiam acreditar, e não acreditavam de facto, que o destino dos seus países seria determinado ou pelos níveis correntes de desenvolvimento ou pelo passado distante» (Przeworski e Limongi 1997, 176). Em lugar disso, eles

tiveram de acreditar que, apesar dos constrangimentos, a democratização era um resultado das acções e não apenas das condições. Foi por isso que o projecto liderado por O'Donnell, Schmitter e Whitehead foi, se não mesmo imune à controvérsia, pelo menos acolhido entusiasticamente, uma vez que foi fundamentado mais em termos de actores e estratégias do que em termos de condições determinísticas.

Tal como Terry Karl (2006, 102-103) sintetizou: «o legado teórico principal de *Transitions from Authoritarian Rule* reside na ênfase na agência humana, bem como na noção de que as transições podem ocorrer numa grande variedade de configurações sociais e económicas». A agência humana não se restringe aos limites nacionais, daí a possibilidade de as acções e os processos internacionais afectarem a probabilidade, o momento e a forma dos processos de democratização interna. Este facto é consistente com uma «segunda descoberta da 'transitologia' [, a de] que a democratização é o resultado de uma combinação de causas e não de uma única causa» (Karl 2006, 105). A causalidade múltipla e a equifinalidade – *i. e.*, o reconhecimento de que diferentes pontos de partida podem levar aos mesmos pontos de chegada – sucederam perante uma tendência inicial no sentido do pensamento monocausal (*i. e.*, explicações singulares). O preço, contudo, é que, «apesar de alguns impressionantes progressos no que se refere às causas da democratização, continua a não se registar a integração desses factores diversos numa hierarquia de explicação que possa ser denominada de teoria geral da transição» (Karl 2006, 106). De acordo com Przeworsky, contudo, esta teoria admite que «o mesmo não pode ser dito da consolidação democrática» (Karl 2006, 106), cujas causas e procedimentos têm sido sistematizados com mais sucesso.³

Para os promotores da democracia, sobretudo para activistas e agências internacionais, a situação actual deveria consistir num cepticismo saudável ou em expectativas realistas. Para isso, concorrem seis razões principais: (1) os actores internos são predominantes em todos os casos e portanto até as mais bem concebidas políticas externas podem ser ineficazes; (2) os factores de promoção democrática e de direitos humanos são, na maioria dos casos, secundarizados perante outros interesses das relações internacionais, o que, geralmente, entra em conflito com os tipos de políticas que podem ter algum impacto nos processos de liberalização, transição ou democratização;

³ Przeworsky e Limongi defendem que a democracia «pode ser iniciada em qualquer nível de desenvolvimento. Apenas uma vez estabelecida, os constrangimentos económicos assumem protagonismo: as probabilidades de sobrevivência da democracia são maiores, quanto mais rico for um país. Ainda assim, a riqueza corrente de um país não é decisiva: a democracia tem mais hipóteses de sobreviver num país em crescimento com um rendimento menor de \$1,000 *per capita*, que num país com um rendimento entre os \$1,000 e os \$2,000, em declínio económico. Se forem bem sucedidas na promoção do desenvolvimento, as democracias podem sobreviver mesmo nos países mais pobres.» (1997, 177.)

(3) mesmo quando utilizados, os instrumentos de que os Estados dispõem para promover exteriormente a democracia não são perfeitos e nem sempre se adequam aos resultados desejáveis – de facto, muitas vezes, eles podem produzir resultados adversos; (4) durante os períodos de liberalização e de transição é frequente gerarem-se excepcionalmente elevados níveis de incerteza, na medida em que as identidades e as motivações políticas estão ainda em formação (O'Donnell e Schmitter 1986, 5, 19). Se isto já é confuso para os implicados no processo, mais difícil será a sua compreensão por parte dos que lhe são exteriores. Estes últimos nem sempre estão em posição de perceber que forças devem apoiar; um grupo que pareça dominante durante o período da liberalização pode tornar-se irrelevante no período seguinte, e vice-versa; (5) a instauração e o fortalecimento da democracia constituem um processo complexo que envolve diferentes variáveis num período de tempo prolongado. Trata-se de um processo que nem mesmo os actores internos conseguem controlar inteiramente e que requer uma atenção e um compromisso sustentados. Será, deste modo, irrealista esperar que os actores estrangeiros consigam produzir tal resultado; (6), finalmente, e talvez tão importante quanto o resto, o sucesso de tais iniciativas depende da existência de um *zeitgeist* geral de crença nos promotores externos e de uma visão partilhada sobre aquilo que a democracia deve ser. Pelo menos a julgar pelas evidências, este parecia ser o ambiente dos anos 90 – a favorável natureza do poder dos Estados Unidos e a visão partilhada dos objectivos democráticos e dos direitos humanos pareciam tornar real a profecia de Jean-François Revel da década de 70 (ecoada mais tarde por Fukuyama), segundo a qual o vencedor do século XX não seria nem a religião, nem o marxismo, mas antes o liberalismo (Revel 1972). Desde o ponto de vista de 2008, tudo isso parece menos convincente.

Resumindo, os actores internacionais conseguem desempenhar um importante papel nos processos de transição: podem criar um clima favorável à mudança e actuar como catalisadores dessa transformação. Os instrumentos à disposição da comunidade internacional são as bem conhecidas diplomacia tranquila e pressão diplomática mais agressiva; o condicionamento dos regimes, que inclui não só o desenvolvimento condicionado ou a assistência militar, mas também o condicionamento mais efectivo que a UE impõe aos Estados que aspiram tornar-se membros da comunidade – assistência dirigida para eleições ou para grupos sociais, por exemplo; advocacia normativa, ou as «políticas de vergonha», que incluem denúncias de tortura, aprisionamento ou desaparecimento; intervenções militares, sanções, vários tipos de incentivos económicos, financeiros ou políticos, como sejam os empréstimos e sociedade em instituições internacionais, entre outros.

Sejam quais forem as acções levadas a cabo, as seguintes regras-base parecem ser importantes: (1) Objectivos políticos mais claros, o que significa não só uma clarificação em redor do promotor e das suas várias instituições e dele-

gações, mas também, e idealmente, a existência de um consenso entre esse promotor e o receptor em relação ao significado da democracia. Isto evitará igualmente um conflito entre os objectivos políticos, uma vez que, por exemplo, a procura de segurança se incompatibiliza frequentemente com o desejo de promover uma maior liberdade; (2) Compromisso e persistência, uma vez que a democracia constitui um árduo e longo processo que, no lugar de concisos estouros de energia, requer um pensamento estratégico de longo prazo; (3) Habilidade para interceder em momentos decisivos. Embora as estratégias de longo prazo sejam importantes, em caso de ausência de recursos, uma intervenção oportuna num momento decisivo no processo de transformação de um país pode ser crucial. A assistência oportuna ao plebiscito chileno reflecte isso mesmo. Idealmente, os promotores da democracia devem planear a curto e a longo prazo; (4) Boa inteligência e capacidade de análise, ou aptidão para «ouvir». A guerra do Iraque não podia proporcionar melhor lição que esta. Entre outras razões, trata-se de um aspecto crucial para evitar que se apoiem grupos que, do exterior, pareçam desempenhar um papel importante, quando, internamente, não dispõem de uma real relevância ou legitimidade; (5) Relações próximas com a sociedade civil, bem como assistência dirigida para os seus grupos de reforma; (6) Combinação entre a assistência e/ou pressão políticas com a assistência e/ou pressão económicas. Por vezes o incentivo do acesso aos mercados globais funciona bem, noutras são necessários programas de assistência económica para facilitar complicados processos de transição económica.

As provas sugerem que, em condições normais, as intervenções com maiores probabilidades de sucesso são aquelas que combinam pressões de todas as partes; em suma, as intervenções multilaterais (envolvendo vários Estados) e multidimensionais (envolvendo vários níveis de acção). As intervenções multilaterais são melhores não só porque permitem à comunidade internacional valer-se de uma riqueza de perícia e experiência, mas também porque são geralmente consideradas as mais legítimas (a multinacionalidade das forças tem sido fundamental para a percepção de neutralidade das forças de manutenção da paz da ONU, por exemplo). Para finalizar, a evidência sugere que a pressão tem melhores efeitos quando já existem um movimento e um desejo endógenos para liberalizar ou democratizar. A ironia reside no facto de isso significar que as sociedades que mais precisam da mudança e da ajuda externa são, geralmente, as que menos possibilidades têm de as alcançar, no sentido em que não dispõem de forças internas que pressionem pela mudança; e, de modo oposto, aquelas que já estão num «bom caminho», e que, por conseguinte, requerem menor suporte, são as que mais probabilidades têm de beneficiar da assistência. Com isto não se pretende apelar a uma menor acção internacional, mas a uma acção internacional mais inteligente.

Referências bibliográficas

- Bermeo, Nancy. 1999. Myths of moderation: Confrontation and conflict during democratic transitions. In *Transitions to democracy*, org. Lisa Anderson, 120-140. Nova Iorque: Columbia Univ. Press.
- Bermeo, Nancy. 2003. *Ordinary people in extraordinary times: The citizenry and the breakdown of democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Bratton, Michael E., e Nicolas van de Walle. 1997. *Democratic experiments in Africa*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Bruneau, Thomas. C. 1982. As dimensões internacionais da revolução portuguesa: Apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia. *Análise Social* 18 (72-74): 885-896.
- Dahl, Robert. 1971. *Polyarchy*. New Haven: Yale Univ. Press.
- Diamond, Larry. 1999. Civil society and democratic transitions. *The Weekly Telegraph* (Katmandu), 15 de Setembro.
- Diskin, Abraham, Hanna Diskin e Reuven Hazan. 2005. Why democracies collapse: The reasons for democratic failure and success. *International Political Science Review* 26 (3): 291-309.
- Epstein, David. L., Robert Bates, Jack Goldstone, Ida Kristensen, e Sharyn O'halloran. 2006. Democratic transitions. *American Journal of Political Science* 50 (3): 551-69.
- Gasiorowski, Mark J. 1996. An overview of the political regime change dataset. *Comparative Political Studies* 29 (4): 469-483.
- Geddes, Barbara. 1999. What do we know about democratization after twenty years? *Annual Review of Political Science* 2: 115-144.
- Gunder Frank A. 1969. *Latin America: Underdevelopment or revolution: Essays on the development of underdevelopment and the immediate enemy*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Hirschman, Albert O. 1979. The turn to authoritarianism in Latin America and the search for its economic determinants. In *The new authoritarianism in Latin America*, org. D. Collier: 61-98. Princeton: Princeton Univ. Press.
- Horowitz, Donald. 1990. Comparing democratic systems. *Journal of Democracy* 1 (4): 73-9.
- Huntington, Samuel P. 1969. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale Univ. Press.
- Huntington, Samuel P. 1991. *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Norman: Univ. of Oklahoma Press.
- Karl, Terry. 2006. From democracy to democratization and back. In *The diversity of democracy: Corporatism, social order and political conflict*, orgs. C. Crouch, e W. Streeck. Londres: Elsevier.
- Levitsky, Steven e Lucan A. Way. 2002. Ties that bind? Leverage, linkage, and democratization in the post-cold war world. *Journal of Democracy* 13 (2): 51-65.
- Levitsky, Steven e Lucan A. Way. 2005. Ties that bind? Leverage, linkage, and democratization in the post-cold war world. *International Studies Review* 7 (3): 519-24.
- Linz, Juan J. 1978. *The breakdown of democratic regimes: Crisis breakdown and reequilibration*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Linz, Juan J., e Arturo Valenzuela. 1994. *The failure of presidential democracy*. 2 Vols. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Linz, Juan J., e Alfred Stepan. 1996. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Linz, Juan J., e Houchang E. Chehabi. 1998. *Sultanistic regimes*. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Lipset, Martin S. 1959. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. *American Political Science Review* 53 (1): 69-105.
- Mainwaring, Scott. 1993. Presidentialism, multipartism, and democracy: The difficult combination. *Comparative Political Studies* 26 (2): 198-228.

- Mainwaring, Scott, e Donald Share. 1986. Transitions through transaction: Democratization in Brazil and Spain. In *Political liberalization in Brazil*, org. Wayne Selcher. Boulder: Westview.
- Mainwaring, Scott., e Aníbal Pérez-Liñán. 2003. Levels of development and democracy: Latin American exceptionalism, 1945-1996. *Comparative Political Studies* 36 (9): 1031-67.
- Maxwell, Kenneth. 2004. *The United States and the Portuguese decolonization (1974-1976)*. Working paper n.º 2, Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa.
- Moore, Barrington. 1966. *The social origins of dictatorship and democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press.
- Moreira de Sá, Tiago. 2004. *Os Americanos na revolução portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Notícias.
- O'Donnell, Guillermo. 1973. *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: Studies in South American politics*. Berkeley: Univ. of California, Berkeley – Institute of International Studies.
- O'Donnell, Guillermo, e Phillippe C. Schmitter. 1986. Tentative conclusions about uncertain democracies. Vol. 4. de O'Donnell, Schmitter, e Whitehead, 1986.
- O'Donnell, Guillermo, Phillippe C. Schmitter, e Laurence Whitehead, orgs. 1986. *Transitions from authoritarian rule*, 4 vols. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Pevhouse, John C. 2005. *Democracy from above. Regional organizations and democratization*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Polity 98 database. 1998. Center for Systemic Peace. <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> (último acesso a 25 de Maio de 2008).
- Pridham, Geoffrey. 1991. International influences in democratic transition: Problems of theory and practice in linkage politics. In *Encouraging democracy: The international context of regime transition in Southern Europe*, org. 1-28. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Przeworski, Andrew. 1992. *The games of transition*. In *Issues in democratic consolidation*, orgs. Scott Mainwaring, Guillermo O'Donnell e Samuel Valenzuela, 105-152. Notre Dame: Notre Dame Univ. Press.
- Przeworski, Andrew, Michael Alvarez, José Cheibub, e Fernando Limongi, eds. 1996. What makes democracies endure? *Journal of Democracy* 7: 3-36.
- Przeworski, Andrew, Michael Alvarez, José Cheibub, e Fernando Limongi. 2000. *Democracy and development: Political institutions and well-being in the world, 1950-1990*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press.
- Przeworski, Andrew, e Fernando Limongi. 1997. Modernization: Theories and facts. *World Politics* 9 (2): 155-183.
- Remmer, Karen, e Gilbert Merckx. 1982. Bureaucratic-authoritarianism revisited. *Latin American Research Review* 17 (2): 3-40.
- Revel, Jean-François. 1972. *Without Marx or Jesus: The new American revolution has begun*. Nova Iorque: Delacorte.
- Rostow, Walt W. 1960. *Stages of growth: A non communist manifesto*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Rustow, Dankwart. 1967. *A world of nations: The problems of political modernization*. Washington DC: Brookings Institution.
- Schmitter, Phillippe C. 2001. The influence of the international context upon the choice of national institutions and policies in neo-democracies. In *The international dimensions of democratization: Europe and the Americas*, org. Laurence Whitehead, 26-55. Nova Iorque: Oxford Univ. Press.
- Scokpol, Theda. 1979. *States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Shugart, Matthew S., e John M. Carey. 1992. *Presidents and assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Nova Iorque: Cambridge Univ. Press.
- Stepan, Alfred. 1988. *Rethinking military politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton Univ. Press.

- Stepan, Alfred, e Cindy Skach. 1994. Presidentialism and parliamentarism in comparative perspective. In Linz e Valenzuela, 1994, vol.1, 119-136. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Stephens, John. 1987. *Democratic transition and breakdown in Europe, 1870-1939: A test of the Moore thesis*. Kellogg Institute working paper n.º 101.
- Therborn, Göran. 1977. The rule of capital and the rise of democracy. *New Left Review* 103: 3-41.
- Weber, Max [1905] 1958. *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. Nova Iorque: Charles Scribner's Sons.
- Whitehead, Laurence. 1986. International aspects of democratization. In *Transitions from authoritarian rule: Comparative perspectives*, orgs. Guillermo O'Donnell, Philip C. Schmitter e Laurence Whitehead, 3-46. Baltimore: Johns Hopkins Univ. Press.
- Whitehead, Laurence. 2001. Three international dimensions of democratization. In *The international dimensions of democratization: Europe and the Americas*, org. 3-26. Nova Iorque: Oxford Univ. Press.
- Wiarda, Howard. 1974. Social change, political development, and the Latin American tradition. In *Politics and social change in Latin America: The distinct tradition*, org. 3-25. Amherst: Univ. of Massachusetts Press.
- Yeo, Andrew. 2006. Signalling democracy: Patron-client relations and democratization in South Korea and Poland. *Journal of East Asian Studies* 6 (2): 259-87.